

A ditadura brasileira e a luta de classes no campo da memória*

José Rubens Mascarenhas de Almeida**

Resumo:

Num exercício de reflexão, o texto procura mirar a ditadura no Brasil a partir de uma ótica que relaciona história, memória e ideologia numa revisita ao tema nesse momento de (des)memoração dos 50 anos do Golpe Militar. A reflexão passa pelo pressuposto de que o passado é, ao mesmo tempo, passado e presente.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira; memória; luta de classes.

The Brazilian dictatorship and the class struggle in the field of memory

Abstract:

In an exercise of reflection, this article seeks to examine the dictatorship in Brazil from a perspective that relates history, memory and ideology, revisiting the topic on the occasion of the 50th anniversary of the military coup. The reflection is based on the assumption that the past is, at the same time, past and present.

Keywords: Brazilian military dictatorship; memory; class struggle.

*Não há tímulo que oculte
Os frutos da rebeldia.
Cai um dia em desgraça
A mais torpe ditadura
Quando os vivos saem à praça
E os mortos, da sepultura.
Santana (1987)*

Não é nova a constatação de que o mundo em que vivemos é pautado por contradições sociais e que elas refletem o nosso cotidiano de diversas formas e conteúdos. Partindo do pressuposto de que o fazer social adquire, na memória

* Este texto constitui-se parte da produção de pesquisa vinculada à Licença Sabática do autor, supervisionada pelo professor doutor Marcelo Ridenti (UNICAMP).

** Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP; docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, Brasil. End. eletrônico: josemascarenhas@yahoo.com.br

e na História Oficial -o que implica produção/subjetivação de fatos e acontecimentos-, formas ideológicas traduzidas como memórias nos documentos e monumentos oficialmente produzidos, enfoca-se aqui um período mais que da história do Brasil, da história da acumulação internacional de capital e de suas marcas, destacadamente, da ditadura dos anos 1960-1980.

O tema ganha corpo e adquire singular importância na atual conjuntura política da América Latina, onde eventos significativos são evidenciados: 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, criação -e atuação- de várias comissões de resgate da memória das ditaduras e de busca de punição para os perpetradores do terrorismo de Estado¹. Trata-se de um contexto em que parte dos povos latino-americanos decide acertar as contas com o seu passado recente, marcado por crimes hediondos e terrorismo estatal contra aqueles que se insurgiram contra a opressão/repressão levadas a cabo pelos regimes ditatoriais que, no período, se instalaram na região.

No Brasil, destaque para a constituição da Comissão Nacional da Verdade (sancionada em 18/11/2011², instalada oficialmente em 16/05/2012)³. Apesar de ainda não apontar progressos, a CNV compõe o cenário latino-americano em que -se espera- dará o julgamento global dos crimes cometidos pelos governos ditatoriais dos anos 1970 e 1980 e dos que se envolveram nas operações do Plano Condor⁴. Estes eventos, por si, justificam uma revisita à história -e lugares da memória- que, de certa forma, trata-se de um modo de memória, aqui concebida na expressão de Jelin, para quem

as memórias são processos subjetivos e intersubjetivos, ancorados nas experiências e marcas materiais e simbólicas e em marcos institucionais. Isto implica analisar a dialética indivíduo/subjetividade e sociedade/pertencimento [...]. As relações de poder e as lutas pela hegemonia (domínio) estão sempre presentes, com intentos

¹ Só para citar países do Cone Sul da América Latina (por ordem cronológica de criação): Argentina: Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, criada em dezembro de 1983; Chile: Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, criada em 1990; Peru: Comissão da Verdade e Reconciliação, criada em 2001; e, tardiamente, o Brasil, que criou a Comissão Nacional da Verdade em maio de 2012, quase trinta anos depois da Argentina.

² Conferir em : “Com Lei do Acesso à Informação e Comissão da Verdade, Brasil avança na consolidação da democracia”. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/com-lei-do-acesso-a-informacao-e-comissao-da-verdade-brasil-avanca-na-consolidacao-da-democracia/>. Acessado em 22/03/2013.

³ Conferir em: Dilma anuncia integrantes da Comissão da Verdade. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-10/dilma-anuncia-integrantes-da-comissao-da-verdade>. Acessado em 22/03/2013.

⁴ Operação policial pautada em ações repressivas, integrada pelas forças da *intelligentsia* das ditaduras de Chile, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia, em funcionamento entre meados das décadas de 1970 e 1980. Sobre esta questão, ver Mariano (2003).

de monopolização e de apropriação. Reconhece-se, assim, o caráter dinâmico dos sentidos do passado, dos silêncios e esquecimentos históricos, assim como do lugar que sociedades, ideologias, culturas e lutas políticas marcam a Memória. Daí a necessidade de historicizar a memória (2012: 25).

Segundo a autora, os fenômenos ligados à memória, as interpretações e sentidos do passado resultam da não linearidade temporal da primeira. Às vezes o passado pode ser jogado no esquecimento e voltar a se atualizar de modos diversos, e isto acontece porque existem segmentos sociais persistentes que não deixam esquecer, também porque as novas gerações perguntam e dão novos sentidos a partir de seu próprio lugar histórico (Jelin, 2012). Nesse sentido, em alguns processos de resgate desta história e memória, passos foram dados. A Argentina, que já havia condenado o ex-ditador Jorge Videla (1976-1981), convocou-o para mais um julgamento (já tinha duas condenações à prisão perpétua), sendo citado como principal acusado por violações de direitos humanos e políticos. Junto a ele outros 25 acusados, dentre os quais o também ex-ditador Reynaldo Bignone e o ex-general Luciano Benjamín Menéndez (condenado a sete prisões perpétuas). Como afirmado por uma das advogadas do processo, representante das vítimas argentinas e uruguaias, Carolina Varsky, trata-se do primeiro julgamento que investigará globalmente o Plano Condor, entendendo que se trata do primeiro em seu tipo na América Latina.⁵ Estes julgamentos acontecem há 14 anos, durante os quais a justiça havia pedido as extradições dos hoje falecidos ex-ditadores Alfredo Stroessner (1954-89) do Paraguai, e Augusto Pinochet (1973-90) do Chile. No conjunto de pequenos avanços, existe uma conta social e política ainda por ser quitada. Muitos responsáveis por crimes dessas ditaduras continuam impunes e, em alguns casos, ameaçando o resgate da memória de tais processos. Foram crimes cometidos por regimes ditatoriais, mas personificados nas altas e baixas patentes das Forças Armadas e seus patrões, as grandes corporações nacionais e internacionais, que se beneficiaram com o terror estatal e continuam impunes.

No campo da memória, nos espaços públicos os arquivos crescem, ganham corpo e são abertos, mesmo que subtraídos em parte; as datas comemorativas trazem novas preocupações e novos olhares; as placas recordatorias e monumentos proliferados desde a eclosão do processo são questionados nas mais diversas expressões da memória que evidenciam. Os meios de massificação estruturam e

⁵ Conferir em: Começa primeiro julgamento de crimes cometidos durante a ditadura. Correio Braziliense, 14/03/2013. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/03/05/interna_mundo,352945/comeca-primeiro-julgamento-de-crimes-cometidos-durante-a-ditadura.shtml. Acessado em 14/03/2013.

organizam essa presença do passado em todos os âmbitos da vida contemporânea, com intuítos político-ideológicos, entre outros.

Nesse traçado de questões pertinentes e ainda candentes, ressaltam-se preocupações contemporâneas: que mecanismos condicionam a construção da memória coletiva -processo socialmente constituído- à reprodução das estruturas sociais e de suas relações? E que vínculos inter-relacionais envolvem história, memória e ideologia no contexto das ditaduras latino-americanas?

Para respondê-las, não basta que se abram arquivos, mas estuda-los, discerni-los, interpretá-los com o intuito de entender o passado e nortear o presente, tal como entendido por Benjamin (2012: 243): “O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade”. Assim, a memória concebida aqui é entendida como elemento social e não como mero aporte biológico ou psíquico, a brotar de indivíduos isolados, como era pensado no século XIX. Aliás, a arquitetura do conceito de memória de que aqui nos apropriamos trata da sua natureza social, de seu caráter de constructo social nos marcos de uma determinada sociedade, a partir da interação e do lugar que os sujeitos ocupam nela. A concepção de memória aqui exposta aproxima-se sobremaneira da elaborada pelo sociólogo durkheimiano Maurice Halbwachs (2006), afirmando que, no campo da memória, o individual se desenha no coletivo, compreendendo a memória como a reelaboração de um processo de vivências ou experiências reconhecidas pelos grupos sociais.

Para além do funcionalismo característico da obra do citado autor e de seus aportes teórico-metodológicos, memória será contemplada na perspectiva do Materialismo Histórico e de sua dialética, portanto extrapolando as fronteiras da concepção que a concebe como faculdade relacionada meramente ao passado e circunscrita aos grupos sociais imediatamente associados àquele que rememora. Em outras palavras, alçada na concepção de que indivíduos e coletivos produzem suas memórias como fruto do universo material em que se inserem historicamente⁶. Esta perspectiva do conceito de memória implica contemplá-la à luz da história em toda a objetividade/subjetividade a que está submetida, à luz da dialética. Implica afirmar que, em consequência, a relação passado/presente é simbiótica quando arrolada à memória. Quando falamos dela recorrendo ao passado, sua rememoração passa pelos olhos do presente, isto é, quando rememoramos reminiscências, estamos revisitando o passado -distante ou recente-, mas com um olhar de retorno a momentos e lugares antes vividos (ou não).

⁶ Este talvez seja o caso em que as memórias pessoais (que são construídas social e coletivamente) se misturem como “recordações congeladas de uma época” (Ridenti, 1993: 16) com os aspectos históricos sem que possam ser separados. Em Ridenti, história e memória perpassam relatos de aspectos sociais, políticos e culturais profundamente marcados por esta imbricação.

História e memória do autoritarismo na América Latina

Em Pêcheux (1988), a memória discursiva legitima a existência histórica dos enunciados relativos às expressões concretas, materiais, da ideologia em movimento. Isto é, memória subsistente (que sobrevive do passado no presente, sentido de preservação e reprodução da sociedade). Inseparável da ideologia, sofre interferência desta última, aspecto que imprime aos atos de esquecer ou lembrar o significado inerentes à dominação político-econômica. Esquecer ou lembrar produz, nos sujeitos sociais, um efeito de ocultação/emergência daquilo que precisa ser memorizado, rememorado, festejado, ou daquilo que deve ser olvidado para o bem de uma dada ordem; contribui para alimentar um projeto e/ou sepultar outro. Nesse sentido, concorda-se com Marx e Engels, quando entende que superar a condição de exploração “é um ato histórico, não um ato mental” (1996: 65). Diferentemente do propugnado pelo discurso hegemônico, tal superação só pode dar-se por vias reais, concretas.

Nesse sentido, a atribuição das ditaduras na América Latina meramente à cultura militarista e autoritária das classes dominantes da região, trata da aparência fenomênica de um processo muito mais amplo e complexo que envolveu forças nacionais e internacionais, setores civis e militares, instituições diversas (entre elas a Igreja), grandes corporações empresariais e governos, entre outros agentes. A ditadura brasileira não foi um caso isolado e anômalo, mas parte de um processo desenvolvido num complexo de forças e agentes que se deu em quase todo o Cone Sul da América. O simplismo de tais atribuições é marcadamente ideológico, pela tentativa de apagar memórias, negar silenciamentos/esquecimentos tratando de obscurecer processos e agentes a eles intrínsecos.

Tais insinuações só podem ser compreendidas considerando-se a existência de um controle da transmissão da memória social, definindo o que se recorda coletivamente e que aspectos são selecionados no processo de memorização social, aproximando, sobremaneira, a relação memória e ideologia. Nesse sentido, se constituem memórias sociais (de grupos ou de classes) que são validadas, legitimadas e, conseqüentemente, evidenciadas e reproduzidas em detrimento de outras (Magalhães e Almeida, 2011). Tais mecanismos de controle procuram encobrir aspectos da história política da América Latina, relacionados a fenômenos autoritários que se processaram na região desde a chegada dos europeus, passando pela conquista e colonização e adentraram a república; buscam esquecer marcos autoritários que se tornaram históricos e que não são apenas militares. Aliás, nem os conquistadores europeus, nem os coronéis da América portuguesa ou os caudilhos da América hispânica que dominaram o espectro sócio-político latino-americano eram, via de regra, profissionais militares.

Tomando por referência a formação colonial, e depois republicana, brasileira, o autoritarismo tornou-se marca registrada, chegando aos dias atuais, por mais que os discursos floridos e maquiados da democracia burguesa queiram esconder. Passada a barbárie instalada aqui pelos europeus que conquistaram e colonizaram o Novo Mundo, o pós-independência (1822) do Brasil foi marcado pelo autoritarismo: a escravidão sobreviveu quase meio século após a *Independência*, revelando um projeto de nação contraditoriamente moderno e escravocrata; a Proclamação da República (1889), calcada de aspirações modernizantes e liberalizantes, foi distinguida como a primeira intervenção militar da nação; até a década de 1920, ostensivamente as oligarquias agroexportadoras transformaram a América Latina numa grande fazenda, dominada por caudilhos e coronéis, sinônimo do autoritarismo mais rude; daí às ditaduras, entremeadas por curtos períodos marcados pela democracia representativa burguesa, o que não impediu ao Estado brasileiro desenvolver sua vocação autoritária. Exemplo curioso na região foi o da implantação do neoliberalismo. Contraditoriamente, aquilo que se autodenominou ultraliberal foi imposto autoritariamente: Chile (Pinochet), Peru (Fujimori) e Brasil (FHC).

O entulho ditatorial

Para reafirmar o que se alegou até aqui, a violência institucional contra as manifestações públicas de junho (2013) no Brasil mostra que as políticas de segurança pública pós-ditadura passam pelos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁷, herança nefasta do último processo ditatorial. Exemplo disso é a Polícia Militar (PM) brasileira, hoje instrumento anacrônico de um modelo idem de segurança pública daqueles tempos sombrios. Em suas atuais características, a PM, fruto do Golpe Militar de 1964 e fundada na concepção de inimigo interno, à época justificava-se como instrumento de combate ao comunismo, antonomásia usada para a repressão a todo e qualquer opositor ao regime, atendendo às prerrogativas da ideologia da DSN. Ainda hoje continua atuando como se a ditadura estivesse vívida. Segundo Calveiro (2013), trata-se de um “passado que não quer passar” e que, aqui no Brasil, é marcado pela persistência de boa parte do entulho autoritário da ditadura militar de 1964 que, governo após governo, vem sendo varrido para debaixo do tapete. Mesmo a CNV, trata-se de uma comissão de “meia-verdade”, pelos poderes a ela outorgados, submetidos à Lei da Anistia (Lei nº 11.961/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 6.893/2009), que tem por pressuposto as prerrogativas militares da ditadura.

⁷ Importante abordagem acerca da DSN, ver Comblin (1978).

Outro aspecto desse passado que não quer passar é ressaltado no fato atual de hoje existirem, no Brasil, 16 projetos de criminalização das manifestações populares⁸. A um só tempo questiona-se o autoritarismo das classes dominantes e se busca viabilizar projetos de recrudescimento da repressão através de projeto de lei “antiterrorista”, tendo a Lei de Segurança Nacional como parte do arcabouço jurídico, delatando que o próprio Direito, em grande parte, é originário daquele exercido na ditadura. Repressão e criminalização dos movimentos sociais mostram a fragilidade do regime político brasileiro que ainda se pauta na herança ditatorial dos anos 1960-1980.

Matar suspeitos pobres sem julgamento é rotina na polícia brasileira, tal qual se exerceu nos obscuros tempos da ditadura. Segundo a professora da UERJ, Maria Helena Moreira Alves, a PM brasileira hoje mata mais gente que matou durante a ditadura militar⁹. Levantamento feito pela BBC Brasil, a PM do Rio matou seis vezes mais pessoas durante ações de combate ao crime do que seus pares da Polícia Civil em São Paulo no ano de 2011¹⁰. Dados de 16/07/2007 dão conta de que a polícia do Rio de Janeiro matava 41 civis por cada policial morto¹¹. E, quando alguns discursos policiais justificam o genocídio corrente no país afirmando que estamos vivenciando uma “guerra” interna, não é um discurso vazio, mas profundamente ideologizado. A guerra que se explicita é a luta de classes, fato evidenciado na origem do grande contingente das vítimas dela: os pobres. Os fatos são tão gritantes que, em 30/05/2012, o Conselho da ONU sugeriu o fim da Polícia Militar no Brasil, recomendação apresentada pela Dinamarca, alegando execuções sumárias e diversos desrespeitos aos direitos humanos¹². De que filhos seria este solo “mãe gentil”?

A história é, nesse sentido, duração. “O passado é, ao mesmo tempo, passado e presente”, como afirmava Le Goff (2003: 41). A memória, construída

⁸ Consultar “Em ano eleitoral, Congresso tem fila de projetos contra manifestante violento”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1424810-em-ano-eleitoral-governo-tem-fila-de-projetos-contra-manifestante-violento.shtml>. Acessado em 31/03/2014.

⁹ Examinar “A polícia mata mais hoje do que na ditadura militar: uma entrevista com Maria Helena Moreira Alves”. Disponível em: <https://medium.com/medium-brasil/a3695eac613e>. Acessado em 18/04/2014.

¹⁰ Ver “PM mata seis vezes mais que Polícia Civil em São Paulo”. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120601_direitos_humanos_policias_onu_1k.shtml. Acessado em 31/03/2014.

¹¹ Consultar “Polícia do Rio mata 41 civis para cada policial morto”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1607200701.htm>. Acessado em 31/03/2014.

¹² Ver “Conselho da ONU sugere fim da Polícia Militar no Brasil”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,conselho-da-onu-sugere-fim-de-policia-militar-no-brasil,880073,0.htm>. Acessado em 31/03/2014.

e constituída socialmente, não está isenta das incongruentes relações sociais que envolvem os agentes desses processos, eivados que são de contradições: de classe, mas também sexistas, racistas, religiosas, etc., interações constitutivas da dinâmica da produção da memória e da ideologia subjacente ao processo social de produção e de apropriação privada. Assim, pressionado pelas contradições sociais e pela ideologia dominante produzida nesse processo, o campo da memória acaba por refletir as explosões das lutas de classe, imprimindo seletividade às memórias produzidas. Isto é memória e ideologia, mas também história.

A relação memória, história e ideologia

*A tradição dos oprimidos nos ensina que o
“estado de exceção” (“Ausnahmestand”) em que
vivemos é a regra*

Benjamin (2012: 245).

Lembrar e esquecer não são exercícios fortuitos e casuais, mas processos construídos socialmente, e, enquanto tais, susceptíveis de usos políticos. Nesse sentido (da memória), ao criticar a obra de Halbwachs, Aróstegui (2004) ressalta que, nela, estão ausentes os problemas derivados dos usos da memória, as possibilidades de sua manipulação, sua importância ideológica como instrumento de poder, seu papel na luta política pela dominação, ou mesmo sua fragmentação em favor dos interesses dominantes.

As memórias são produção social e, como tal, constructos político-ideológicos e, portanto, *locus* de conflitos e contradições. Estas sobrevivem do conteúdo prático social capitalista, explodido também no plano institucional da ação do Estado burguês. Nesse entendimento, as ditaduras latino-americanas não se deram por um estalo casual das instituições militares brasileiras que, num surto psicopático coletivo, resolveram implementar atrozes regimes. Elas (as ditaduras) foram uma variante da violência de classe, imposta pelo Estado em favor da manutenção da dominação burguesa. Não por acaso se deram em sequência¹³ e em todos os países da região nos quais as classes dominantes locais não tinham forças à altura da dominação do espectro da luta de classes no então regime político de democracia representativa burguesa.

Embora a diversidade dos mecanismos de dominação respondesse à pedagogia do medo como forma de docilizar os corpos sociais (através da coerção física,

¹³ Peru (1962); Equador, Guatemala, Honduras, República Dominicana (1963); Brasil e Bolívia (1964); Argentina (1966 e 1976); Chile (1973).

psicológica, econômica...) que se contrapunham àquelas condições de existência, atendiam a um mesmo propósito (Padrós, 2007). Foram produto histórico de seu tempo e lugar no contexto da acumulação internacional. Não se trata apenas de uma cultura das instituições militares brasileiras, representações do poder dominante e, por sê-lo, reprodutoras de sua lógica. Assim, não basta que setores reacionários das Forças Armadas queiram e uma ditadura seja implantada. Se a acumulação de capitais não tivesse sido ameaçada naquele contexto, nenhuma ditadura se implantaria. Aliás, a ditadura está aí, há quem o diga.

Nesta lógica de raciocínio, memória é também expressão ideológica a refletir as diferentes forças que se digladiam na sociedade pelo domínio social no presente se apossando do passado. Acompanhando Benjamin (2012: 250), entende-se que não se pode “renunciar ao conceito de um presente que não é transição (...). Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele escreve a história...”. Portanto, memória não diz respeito apenas ao passado e, sendo presente, aponta para o futuro, por isto também um campo da luta. Não por acaso as forças dominantes (através do Estado e seus aparelhos repressivos e ideológicos) nomeiam ruas, praças, avenidas, escolas, monumentos, etc., com representações calcadas de seus referenciais, seus valores. Trata-se da luta pela dominação socioeconômica que se estende também para o âmbito da memória, buscando perpetuar códigos ideológicos de classe. Assim, a cidade de Mimoso do Oeste (Bahia), transforma-se em Luiz Eduardo Magalhães; a Praça das Borboletas, em Vitória da Conquista, transforma-se em Tancredo Neves; o professor de tortura sem deixar marcas físicas, agente da ditadura, é homenageado com nome de rua em Belo Horizonte¹⁴; escolas, ruas, praças e monumentos são nomeados em homenagem aos referenciais exploradores, históricos ou de plantão.

Do mesmo modo, uma escola de Salvador (Bahia), que homenageava um ex-ditador (Colégio Emílio Garrastazu Médici) passou a chamar-se Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighela, em tributo a um dos baianos que lutou contra a ditadura e foi assassinado por ela. O que explica este processo senão a luta pela perpetuação memorialística dos referenciais de classe e de seus agentes, da história oficial *versus* a história concreta da luta dos trabalhadores contra o domínio burguês, fazendo com que emergam memórias e histórias que ratifiquem ou neguem o *status quo*? Do que trata esse fenômeno, senão da luta de classes no campo da memória?

¹⁴ Agente estadunidense a serviço da DSN no Brasil de 1960-67, Dan Mitrione era especialista em tortura com choques elétricos sem deixar marcas na vítima. Em Belo Horizonte, dava aulas usando indigentes, mendigos, moradores de rua, presos, seguindo os manuais da CIA. A farsa durou 13 anos, quando, em 1983, por iniciativa de vereadores à época, o nome da rua foi mudado para José Carlos Mata-Machado, assassinado sob tortura nos porões da ditadura em Pernambuco.

Na contradição que caracteriza essa disputa, a sua institucionalização tende a desconstruir a luta material dos agentes sociais em pugna, ressignificando os conflitos de grupos e criando mitos. A memória oficial, drasticamente ideologizada constrói/desconstrói, produz/reproduz memórias sistematicamente nos mesmos marcos da produção/reprodução da sociedade burguesa.

O que, no Brasil, se (des) comemora (enquanto antítese de memorização) os 50 anos do Golpe Militar no Brasil, reconstitui-se a memória recorrendo ao passado e lendo-a no presente da rememoração. Em outras palavras, é o acontecido passado em revisita pelos olhos do presente. Quando se rememora reminiscências, se revisita o passado -distante ou recente-, mas com um olhar eivado da subjetividade de quem refaz o percurso através da memória social.

Os movimentos políticos (com deferência aos aspectos ideológicos) e sociais transitam pela relação história, memória e ideologia, mostrando que o sistema vigente sustenta-se por uma rede de produção/reprodução das estruturas materiais que se espalha pela relação poder/saber, determinando o que pode, o que deve e o que é realmente dito. No campo aqui aludido, o que é evidenciado -ou silenciado- reproduz formas e práticas prototípicas do exercício de poder político e econômico vigentes. Para entendê-lo, deve-se buscar desnudar os processos relacionais aparência/essência (Marx & Engels, 1996), concreticidade/pseudoconcreticidade (Kosik, 1976). Assim, a partir da identificação de práticas de sociabilidade e processos de dominação, proceder a reconstrução/desconstrução da memória em perspectiva histórica, na qual o discurso/narrativa reproduzido num determinado tempo/contexto histórico responda às necessidades postas pelas relações entre os homens para a produção/reprodução de sua existência em sociedade num determinado padrão. É nesse sentido que o nacionalismo, como ideologia do estado burguês, atua como elemento essencial, rememorando e perpetuando marcos como datas cívico-militares, lembrando e fazendo lembrar “o dia da independência”, “o dia da bandeira”, ou “o dia do índio” (este já docilizado, civilizado, aculturado...).

De tal modo, lembrar e esquecer são processos típicos da luta de classes quando explode no campo da memória histórica, e por isto ela é sempre seletiva, e assim susceptível à rememoração *ad nauseam* ou ao silêncio e ao esquecimento, a depender da correlação de forças nas lutas sociais. As classes dominantes ressaltarão memórias e reminiscências que dizem respeito ao caráter da sociedade que querem imprimir, fazendo-o através de seus aparelhos ideológicos (meios de comunicação de massa, escola, etc.), num processo que ressalta heróis fabricados pela história oficial e pela memória nacional.

Na inextrincável relação memória/ideologia, ambas ressaltam as contradições sociais nas quais se encontram imersas. No campo da memória, algumas são constantemente ressaltadas, perenizadas, e outras relegadas, esquecidas, o

que é explicado pela existência de um controle do uso da memória valendo-se da necessidade de manutenção e/ou reprodução de determinadas relações sociais (Magalhães e Almeida, 2011: 101). Com relação à ideologia nacional, por seu caráter burguês, ela reproduz a sociedade capitalista. Segundo Almeida, “existe um nexos estrutural entre nação e capitalismo, na medida em que este modo de produção constitui classes sociais distintas e antagônicas como uma comunidade cujo interesse é representado pelo Estado burguês” (1995: 17).

Símbolo caro à classe burguesa, a ideologia nacional sempre amparou as classes dominantes no capitalismo desde os processos de emancipação política da América Latina até os dias de hoje, embasando a dominação política e social também durante os processos ditatoriais. O exercício contínuo e às vezes enfadonho, desde a nossa mais tenra idade, de comemorar o “Dia da Independência”, o “Dia da Bandeira”, etc., tem muito a oferecer à manutenção do *status quo*. Ele dá um sentido simbólico carregado de significado, constitui e alimenta memórias propícias à dominação de classe, construída e cultuada para além do significado próprio de sua existência cívica.

Do ponto de vista da memória, o culto à bandeira nacional: todo município tem uma Praça da Bandeira; comemoração nacional do Dia da Bandeira (19/11, no caso da brasileira); existe um hino à bandeira; hasteamento em eventos oficiais (desde fúnebres, de honraria político-militar, administrativa a eventos esportivos de pequenas e grandes montas), entre outros, forja uma identidade nacional. Ela (a bandeira) não é uma mera flâmula, mas o símbolo do nacionalismo, elemento altamente ideológico que mascara a discrepante realidade concreta da sociedade burguesa a partir de uma identidade abstrata (o nacionalismo), unindo compatriotas indiferentemente das condições políticas, sociais, culturais, tão opressoras e desiguais. Mata-se e morre-se por ela, mas se tolera todo tipo de injustiça social.

Nesse relacionamento entre memória e ideologia nacional, as ditaduras latino-americanas utilizaram os símbolos do nacionalismo para cobrir sequestros, execuções, ameaças de morte, saques e outras tantas aberrações. A bandeira nacional foi evocada insistentemente para fazer emergir no senso comum um sentimento de pertença mais profundo que o de solidariedade de classe, de parentesco, de religião, etc. Exemplo disso foi o relato das memórias da prisão e torturas sofridas pela historiadora e presa política da ditadura militar no Brasil, Dulce Pandolfi, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de maio de 2013, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)¹⁵: “No dia 20

¹⁵ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZwyKtFdZrKk&hd=1>. Acessado em: 20/04/2014. O depoimento escrito por completo se encontra disponível no site: <http://racismoambiental.net.br/2013/05/integra-do-depoimento-da-historiadora-dulce-pandolfi-a-comissao-estadual-da-verdade-do-rio-de-janeiro/>. Acessado em: 20/04/2014.

de outubro, dois meses depois da minha prisão e já dividindo a cela com outras presas, servi de cobaia para uma aula de tortura. O professor, diante dos seus alunos fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. (...) A segunda parte da aula foi no pátio. **O mesmo onde os soldados diariamente faziam juramento à bandeira, cantavam o hino nacional.** (...) Ali fiquei um bom tempo amarrada num poste, com o tal do capuz preto na cabeça. Fizeram um pouco de tudo. Ali simularam meu fuzilamento. Levantaram rapidamente o capuz, me mostraram um revólver, apenas com uma bala, e ficaram brincando de roleta russa. Imagino que os alunos se revezavam no manejo do revólver porque a “brincadeira” foi repetida várias vezes.”

A “mãe gentil” devorava seus mais guerreiros filhos.

Talvez a mais forte expressão desse sentimento nacionalista, no âmbito da ditadura, tenha se projetado no campo musical. A um só tempo em que quase todo o país cantava “caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não... nos quartéis lhes ensinam antigas lições, de morrer pela pátria e viver sem razão” (Geraldo Vandré, 1968), outro coro contagiava euforicamente toda a nação: “Eu te amo meu Brasil, eu te amo. **Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil...**” (Dom, 1970), pintando as cores da bandeira nacional nos corações e mentes dos cidadãos comuns, dos brasileiros. A ideologia nacionalista insistentemente cimentava os anos do “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Êxtase e frenesi como dose analgésica para as dores nacionais.

Assim, o nacionalismo (o que, no campo da memória implica laços identitários a partir da nacionalidade) talvez seja a mais completa e pernóstica forma de memória social, por buscar uniformizar a memória coletiva a partir de referenciais alienados e alienantes à realidade diversa e desigual em que vivem seus sujeitos.

Contrariamente à memória oficial, a própria história pede passagem. Concorrendo com Marx & Engels (2006), para quem as ideias dominantes de uma época são as ideias das classes dominantes, estas controlavam as memórias redivivas como mecanismo de reprodução ideológica, através do nacionalismo. E, se a ideologia dominante assim o fazia, os reprimidos, os presos políticos das ditaduras, tinham um instrumento de defesa profícuo de suas vidas e da dos companheiros: o esquecimento. Afirma Calveiro (2013: 77) que “a resistência à tortura é uma das formas mais claras da limitação do poder do campo [de concentração]”, e diz que o esquecimento é um mecanismo que sabota a dinâmica desse campo (idem: 103). Lembrar e esquecer são armas de defesa e ataque quando a luta de classes explode no campo da memória.

Para finalizar, ressalta-se que, discutir o direito à verdade, à memória, a desvendar os esquecimentos acerca do processo ditatorial no Brasil, é um exercício

saudável e um experimento importante, quer do ponto de vista social, intelectual ou político -que são uma só coisa- inda mais por sabermos viver num regime político de fragilidade imensa, constantemente ameaçado pelo autoritarismo, fardado ou não, mesmo depois de meio século de deflagração desse episódio sórdido da história do país.

Bibliografia

- ALVES, Maria Helna Moreira (1985). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.
- ARÓSTEGUI, J. (2004). *La historia vivida. Sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza.
- BENJAMIN, Walter (2012). Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense.
- CALVEIRO, Pilar (2013). *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Coleção estado de Sítio. São Paulo: Boitempo.
- COMBLIN, Pe. Joseph (1978). *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HALBWACHS, M (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- JELIN, Elizabeth (2012). *Los trabajos de la memoria*. 2ª ed. Lima: IEP.
- KOSIK, Karel (1976). *Dialética do concreto*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LE GOFF, Jacques (2003). *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora Unicamp.
- MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de (2011). Relações simbólicas entre memória, ideologia, história e educação In: LOMBARDI, José Claudinei et al. (orgs). *História, Memória e Educação*. Campinas: Alínea.
- MARIANO, Nilson (2003). *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes.
- MARX, K. & ENGELS, F (1996). *A ideologia Alemã*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec.
- PADRÓS, Enrique Serra (2007). América Latina: ditaduras, segurança nacional e terror de estado. *História e Luta de Classes*, Edição n. 4, julho.

- PÊCHEUX, Michel (1988). *Semântica e Discurso* – Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP.
- RIDENTI, Marcelo (1993). *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP.
- SANTANA, Affonso Romano de (1987). *A poesia possível (poesia reunida)*. Rio de Janeiro: Rocco.